

Fraternidade e Fome

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2023

Tema: Fraternidade e Fome

Lema: "Dai-lhes vós mesmos de comer!" (Mt 14,16)



A fome, um instinto natural de sobrevivência, é socialmente uma tragédia e uma vergonha. Afronta os princípios da Doutrina Social da Igreja, em especial da *destinação universal dos bens*. Por isso, pela 3ª vez é tema da Campanha da Fraternidade; já foi em 1975 (Fraternidade é repartir) e em 1985 (Pão para quem tem fome). Inspira nossa conversão quaresmal, não apenas no âmbito pessoal, mas também comunitário-ecclesial e social.

O objetivo geral é de *sensibilizar a sociedade e a Igreja para enfrentarem o flagelo da fome, sofrido por uma multidão de irmãos e irmãs, por meio de compromissos que transformem esta realidade a partir do Evangelho de Jesus Cristo*. E os Objetivos Específicos são de *compreender a realidade da fome à luz da fé em Jesus Cristo; desvelar suas causas estruturais e indicar as contradições de uma economia que mata; aprofundar as exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome; acolher a Palavra de Deus que conduz ao compromisso e à corresponsabilidade fraterna; investir esforços concretos em iniciativas que levem à superação da miséria e da fome; estimular iniciativas de agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis; reconhecer e fomentar iniciativas entre Igreja e sociedade; mobilizar a sociedade para que haja uma sólida política de alimentação*.

1. NA FONTE DA PALAVRA

A narrativa de Mt 14,13-21 conhecida como a *multiplicação dos pães* inspira a luta contra a fome. Jesus é tomado de compaixão e diante da intenção dos discípulos de despedir a multidão, ordena: *Dai-lhes vós mesmos de comer*. A partilha do pouco que tinham, na graça de Deus, alimentou a todos, e sobrou. Jesus mostra, pois, que não podemos ficar indiferentes ao flagelo da fome.

2. VER a realidade da fome

No Brasil não há falta de alimento. A fome é um fenômeno social gerado pela estrutura injusta da nossa sociedade. A missão da Igreja, de salvação integral, inclui a questão da justiça social.

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA): segundo a ONU é o acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, que garantam vida plena nas dimensões física e mental. Sua não garantia gera a *Insegurança Alimentar*, seja leve, moderada ou grave (situação de fome).

Os números da fome no Brasil: em abril de 2022, 125,2 milhões de brasileiros viviam algum nível de Insegurança Alimentar e 33 milhões sofriam com a fome, sendo 18,6% nos domicílios rurais; 25,7% das famílias em insegurança alimentar grave estão na região Norte e 21% no Nordeste. A fome atinge 43% famílias com renda de até ¼ do salário-mínimo, chefiadas por mulheres ou pessoas de cor preta ou parda, e desempregadas.

As causas da fome no Brasil: estrutura fundiária voltada para a grande produção e exportação; política agrícola que incentiva o agronegócio e não a agricultura familiar; desemprego e subemprego; comportamentos morais (busca de dinheiro, poder e imagem, corrupção) e fatores socioculturais (tabus alimentares, desconhecimento sobre nutrição); extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019 e descaso com programas, inclusive da merenda escolar; distribuição iníqua de renda e riquezas.

Fome e sede: A Insegurança Alimentar e Hídrica coexistem em 42% das famílias, sendo maior nas regiões Norte (48,3%), Sudeste (43,0%), Centro-Oeste (41,8%) e Nordeste (41,2%). **A fome e falta de moradia** andam juntas; em 2020 havia mais de 200 mil pessoas em situação de rua que não estão incluídas na estatística sobre Insegurança Alimentar, pois são invisíveis em nossa cultura do descarte e aporofóbica (aversão aos pobres). A **densidade demográfica** não gera a fome, sendo o crescimento demográfico plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário. O **cuidado da Casa Comum** é afetado pelo modelo econômico que prioriza o lucro e não a alimentação, pela cultura do descarte e do desperdício, e pelo uso de agrotóxicos.

Consequências da fome: a fome afeta a saúde física e psíquica; ameaça a família, força a migração, gera a violência doméstica e o aumento da criminalidade; leva à perda do sentido da vida. A busca de alimentação barata, a qual não é saudável, gera pessoas desnutridas e obesas, e é causa de doenças crônicas, sendo as maiores vítimas crianças, idosos e gestantes. Falta no Brasil uma agência reguladora de alimentação.

Fome, política e educação: "a alma da fome é política" (Herbert de Souza) e no Brasil a política se aproveita do flagelo da fome sem resolvê-lo. Há uma crise das políticas de distribuição de renda. Embora as ações emergenciais de pessoas e instituições sejam importantes, cabe ao poder público resolver o problema da fome. A família educa para a alimentação saudável e a partilha e a escola deve aperfeiçoar esses hábitos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desde 1955, é um exemplo de política pública no combate à fome, embora com verba reduzida nos últimos anos.

Muito se tem feito no combate à fome pelas Igrejas, Movimentos Sociais e ONGs. A *Sociedade de São Vicente de Paulo* atua no Brasil desde 1872 e busca promover e libertar as pessoas que socorre. A *Caritas Brasileira*, um organismo da CNBB, atua em Campanhas Emergenciais, Implementação de projetos comunitários, e Incidência política na luta por políticas públicas. A *Pastoral da Criança*, criada em 1983 pela médica Zilda Arns, combateu a desnutrição com a multimistura e o soro caseiro e hoje conscientiza sobre alimentação saudável. Durante a pandemia muitos grupos sociais atuaram na doação de alimentos e refeições. Ainda falta no Brasil os Bancos Éticos que conectam poupadores e investidores em vista do desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis. A CNBB atua na elaboração de políticas públicas e financia projetos com o Fundo Nacional de Solidariedade.

A **Economia Solidária** é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o necessário para viver, sem explorar ou levar vantagem, sem destruir o ambiente, organizadas sob a forma de autogestão. A **Economia de Comunhão**, originada nos Focolares, reúne empresas que empregam o lucro em três causas: sustento dos que se encontram em necessidade, projetos de formação cultural e de incentivo ao empreendedorismo, e o incremento da própria empresa. A **Economia de Francisco e Clara** é uma iniciativa do Papa Francisco para envolver jovens que buscam repensar e humanizar a economia, para torná-la mais justa e sustentável, assegurando um novo protagonismo para os pobres.

3. ILUMINAR com a luz da Palavra

Diante do quadro da fome apenas a Palavra de Deus tem o poder de iluminar as sombras e indicar caminhos de esperança.

“Sim, eu conheço seu sofrimento” (Ex 3,7): a partir do Êxodo, Deus revela que vê o sofrimento do povo e age para libertá-lo. Diante da fome, alimenta com o Maná (Ex 16), ensinando a não reter além do necessário, e conduz à “terra onde corre leite e mel”, sinal da fartura. A rejeição à escravidão, a partilha e a hospitalidade (Gn 18) se tornam sinais da Aliança. Os profetas, e também os textos sapienciais, denunciaram a falta de cuidado com os necessitados e a indiferença diante da fome (Am 6,1-6; Ez 34) e anunciaram a abundância de alimentos (Is 55,1-3).

O episódio da alimentação da multidão é relatado seis vezes nos Evangelhos, revelando o cuidado de Jesus com os famintos. Ele ensina a pedir o pão de cada dia; utiliza do pão para referir-se à Sua pessoa e à salvação (Jo 6) e faz aliança numa Ceia. A fração do pão nas comunidades não era apenas ritual, mas gerava comunhão material (At 2,42-46), como revelam os relatos Eucarísticos (1Cor 11,17-34).

Um caminho orientado por Mateus: escrito em torno dos anos 80 d.C. para uma comunidade que acolhia judeus e não judeus, o evangelho de Mateus mostra Jesus como aquele que interpreta a Lei de Moisés com autoridade. A misericórdia e a solidariedade são valores que Jesus ensina nos dois relatos sobre a alimentação da multidão, vítima da pobreza e da fome na Palestina da época, explorada pelo Império Romano. O centro da narrativa de Mt 14,13-21 não está no milagre, mas na ordem de Jesus: **“Dai-lhes vós mesmos de comer!”**. É o chamado à responsabilidade diante do irmão, superando a indiferença já revelada por Caim, ao responder ao Senhor: *Acaso sou o guarda do meu irmão?* (Gn 4,9). Jesus é o **novo Moisés**, que no deserto conhece o coração do povo e provê o seu sustento, não com o Maná, mas pela ação de seus discípulos. O deserto da Quaresma exige de nós uma revisão de vida, pessoal e relacional (mundo, sociedade, irmãos). Jesus é também o **novo Eliseu** (2Rs 4,42-44), que alimenta mais pessoas com menos alimento; é o Profeta por excelência, que alimenta com a Palavra e promove a dignidade humana. Os destinatários da atividade profética hoje são os que se encontram em insegurança alimentar.

A Igreja distribui a Eucaristia e a compaixão: em Mt 14,13-21 vemos a organização da comunidade: Jesus ensina os discípulos a confiarem em Deus, a iniciativa e a liderança, a mediação entre Ele e o povo. Também indica a relação com a Eucaristia (Mt 26), associando-a à responsabilidade pelas necessidades do outro.

As primeiras comunidades cristãs tinham consciência da relação entre a **Eucaristia e responsabilidade social**; hoje a Igreja precisa recordar que celebrar a Eucaristia implica em cumprir a ordem de Jesus: “Dai-lhes vós mesmo de comer!”. São Jerônimo dizia que: *a glória do bispo é ajudar a necessidade dos pobres*; e São João Crisóstomo advertia que: *Muitos cristãos saem da igreja e passam longe dos pobres sem se mover, e também: Queres honrar o Corpo de Cristo? Então não desprezes nos pobres que não têm o que vestir.*

A Eucaristia clama por uma nova ordem econômica e para a globalização da solidariedade, pois reforça o destino universal dos bens. O Papa Bento XVI (SC) ensinava que: “A mística do sacramento tem um caráter social.”, e o Papa Francisco (GE) adverte que é nocivo e ideológico o erro das pessoas que suspeitam do compromisso social, considerando-o superficial, mundano, comunista, populista. É preciso defender o nascituro e também a vida dos pobres que se debatem na miséria. Não podemos propor-nos um ideal de santidade que ignore a injustiça deste mundo. A efetiva comunhão na Eucaristia exige a compaixão; não podemos comer o Pão do Céu, se não dermos o pão aos famintos.

A Sagrada Escritura e a Tradição convidam-nos a contemplar o mistério: entre a multidão faminta e a sobra depois de todos comerem, vemos a presença e a ação de Jesus, que orienta os discípulos e a nós hoje no combate à fome.

4. AGIR para transformar a realidade da fome

A dimensão social da fé exige a busca de soluções para o drama da fome, não a partir da lógica do dinheiro, mas a partir da lógica de Jesus. Os exercícios quaresmais devem gerar a caridade em obras de misericórdia, pelas quais seremos julgados (Mt 25). Nossa ação deve mudar a realidade social, valorizando a pessoa e sua dignidade, em três níveis: assistencial (alimentar o faminto), promocional (ajudar a ganhar o próprio pão) e sociopolítico (Políticas Públicas e responsabilidade social das empresas).

Propostas de ação pessoal: o que posso fazer? Praticar e incentivar a partilha; rever o estilo de vida, a alimentação; abolir o desperdício de alimentos; praticar o voluntariado; discutir Políticas Públicas e participar dos Conselhos de Direito.

Propostas de ação sociopolítica: o que nós – sociedade cidadã – podemos fazer e cobrar?

a) *Sociedade Civil:* discutir o tema, ouvindo os pobres; voluntariado; fiscalização do orçamento público e audiências públicas; ações de solidariedade, hortas comunitárias, pesquisas em prol de alimentos baratos e saudáveis; orientação sobre educação alimentar, economia doméstica; alimentação saudável nas escolas e festas.

b) *Governos Municipal, Estadual e Federal:* políticas públicas para erradicar a fome; apoiar a agricultura familiar, mercados populares e feiras livres; combater lixões ilegais; investir na alimentação escolar; estimular o pequeno produtor e comerciante; promover o abastecimento popular; priorizar a vida e não interesses econômicos; investir no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); agência nacional que regule a alimentação; programas de aquisição de alimentos e estoques reguladores; política de preços para a cesta básica; reforma tributária justa.

Propostas de ação comunitário-eclesial: o que nós – Comunidade-Igreja – podemos fazer? Apoiar a Coleta Nacional da Solidariedade; conhecer e discutir a realidade da fome; aprimorar serviços caritativos; apoiar iniciativas comunitárias (hortas, feiras); parcerias com instituições religiosas e sociais; estudar a Doutrina Social da Igreja; promover a alimentação saudável na comunidade e meios de comunicação católicos; apoiar a Jornada dos Pobres, a Economia de Francisco e Clara, realizar Semana Social; acolher os pobres e agir contra a exclusão.

O Encontro Nacional Contra a Fome (jun/2022) apresentou 10 medidas que podem inspirar o nosso agir. Os esforços do Papa Francisco por uma Igreja sinodal devem provocar um movimento por uma *sinodalidade econômica*, para a construção de um mundo que tenha pão para quem tem fome e fome de justiça pra quem tem pão.

A CF é um instrumento de comunhão eclesial, de formação das consciências e edificação de uma verdadeira fraternidade cristã. Maria, que declarou que Deus “encheu de bens os famintos” interceda, para que façamos o que Jesus nos ordena: “Dai-lhes vós mesmos de comer”.

Coleta da Solidariedade: 02 de abril de 2023

Elaboração: Pe. Marcio Coelho